EDITORIAL

Stephen R. Stoer, educação e mudança social em Portugal

Passados quase dois anos sobre o desaparecimento de Stephen R. Stoer (1943-2005), encarregou-nos o CIEE, da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, de organizar a edição de alguns dos seus trabalhos neste número de *Educação, Sociedade & Culturas*, de que ele foi, aliás, o primeiro director. Quisemos reunir um conjunto de textos que possam testemunhar o pensamento e o percurso analítico de Stephen R. Stoer, oferecer alguns dos seus trabalhos menos acessíveis, fazer notar algumas das perspectivas ou aproximações mais estimulantes, promissoras ou marcantes no campo de estudos e investigação científico-sociais da educação. Desta forma, procuramos contribuir para a cartografia do seu trabalho.

As preocupações que nos guiaram e que procurámos que fossem visíveis na selecção que apresentamos são, como se percebe, um esboço ainda inquieto e aberto. Assim, privilegiamos textos que, na nossa perspectiva, (i) evidenciam a introdução de problemáticas e questões que Stoer trabalhou e que deixaram «rasto»: o Estado, as políticas educativas e a mudança social na «periferia» europeia; a construção da escola de massas na «semiperiferia» europeia; a educação intercultural; a «politização da cultura»; «diferença», identidade e a «construção» da União Europeia; (ii) reflectem a maturidade, o potencial heurístico do seu trabalho e a inquietude do pensamento; (iii) ilustram ou sugerem não só a diversidade de temas em que trabalhou, mas também a continuidade de preocupações e problemáticas; (iv) testemunham o compromisso não-complacente e exigente entre os vínculos ou as dimensões crítico-científica e cívica do labor intelectual e académico; (v) enunciam a construção de caminhos ou pontes na tensão entre a investigação e a análise científico-sociais e a acção em educação; (vi) testemunham a intervenção cívica na esfera pública enquanto académico, nas diversas formas e fases –

os textos de discussão de temas educativos na esfera pública; os textos de polémica; os textos de posições sobre temas actuais.

Stephen R. Stoer, a sociologia da educação e a mudança social

Stephen Stoer contribuiu decisivamente para a consolidação da sociologia da educação como disciplina académica em Portugal. Depois de um período mais ou menos florescente, na continuidade da implantação da República, e sob inspiração comtiana e durkheimiana (o nome de Adolfo Lima vem à memória...), esta disciplina, aliás como a sociologia em geral, foi mal amada – porque temida – pelo regime salazarista-marcelista, e só depois de Abril de 1974 encontrou chão fértil para o seu desenvolvimento. Sedas Nunes, nos finais dos anos 1960, e o Gabinete de Investigações Sociais sinalizaram – em sintonia com a Primavera Marcelista – que a área de estudo tinha potencialidades por explorar, nomeadamente aquando da investigação que o primeiro dirigiu sobre a universidade portuguesa (Nunes, 1969).

O nome de Stephen Stoer está definitivamente ligado à consolidação desta área de saber (Afonso, 2005). Com Sérgio Grácio e Sacuntala de Miranda publicou duas colectâneas cruciais para o campo, a primeira com o subtítulo *Funções da Escola e Reprodução Social* (1982) e a segunda *A Construção Social das Práticas Educativas* (1982). O mote de todo o trabalho de Stephen Stoer começava a ser glosado: como mudam as estruturas sociais? Como é que as práticas sociais se solidificam em estruturas? Como é que se pode intervir no sentido de «gerir» a mudança social?

As tarefas eram as de romper «com o senso comum em matéria de escola e de educação» no sentido de «contribuir para uma investigação sobre a realidade nacional» (Stoer, 1982: 10-11). Conhecer para mudar.

Stoer chega ao campo da sociologia da educação através das teorias do Estado e investigando a forma como as macro-estruturas políticas dinamizam políticas e práticas educativas (Stoer, 1982; 1986). Quer como objecto de estudo, quer como desígnio político é a questão da mudança social que estrutura o seu trabalho. Desse ponto de vista, *Educação e Mudança Social em Portugal* (1986), para além de um texto emblemático, é também um título enunciador de um programa de investigação que continha, condensado, os trinta anos de estudo que dedicou ao seu e nosso país. Um olhar pelos títulos dos capítulos permite-nos entender, deste lado de cá dos trinta anos, como a possibilidade de múltiplas agências (implicada pela pluralidade de *sujeitos da história*) é já uma intuição-evidência cunhada pelos termos fortes que apresentam os protagonistas centrais desta *história*: o Estado, a sociedade civil, a mobilização educacional e cultural

revolucionária, «as correntes mobilizadoras da “alfabetização” e do “poder popular”... (Stoer, 1986: 254). Era esse ainda o fio da meada quando com Alan Stoleroff e José A. Correia, também nos anos 1980, analisava as políticas educativas desencadeadas pela reforma, à época em discussão e desenvolvimento (cf., por exemplo, Stoer, Stoleroff & Correia, 1990). Ainda nos anos 1980/90, o projecto de discutir a relação entre educação e trabalho num país de semiperiferia europeia (Stoer & Araújo, 1992; 2000) é o explorar, sob outros ângulos, a pergunta acerca de como a educação articula a mudança social.

Em 1982, Steve, num livro que ele, a nosso ver, nunca valorizou o suficiente, *Educação, Estado e Desenvolvimento em Portugal*, dizia que

a simples expansão de um sistema educativo não significa, necessariamente, só por si, que se está a modificar a sua natureza. Do mesmo modo, a expansão do ensino não é, necessariamente, sinónimo de uma maior igualdade na distribuição de rendimentos, de bens e estatutos. Ela pode simplesmente contribuir para reproduzir e consolidar mais fortemente as desigualdades já existentes em determinada sociedade (Stoer, 1982: 38).

Deste modo, renunciava já a sua crítica à perspectiva optimista do desenvolvimento dos sistemas educativos. Na esteira de Gramsci – uma influência bem mais duradoura em Stoer do que possa parecer –, ele assume a educação como um meio de orientação de visões globais. Quer dizer, as formas conceptuais que fornecem a «verdade intelectual» que legitima a existência social da educação num dado contexto social podem estar em conflito com a própria estrutura educacional constituída. Stoer sublinhava que o

que é importante aqui é que a educação deveria acelerar essas contradições em vez de as negar através da actividade imediata. [...] O que é preciso é que as crianças sejam instruídas nos processos de aprendizagem, às vezes tediosos, duma inteira tradição intelectual. Porque é através de tal processo que cada criança terá a capacidade de analisar e pensar ao mesmo nível das tradições intelectuais que ela tem de dominar para encontrar o seu próprio lugar na sociedade política e civil (ibid.: 21).

E ao perguntar «Mas qual o mecanismo de transformação?» propunha que se considerasse que

o mecanismo verdadeiro de mudança envolve o desenvolvimento dum rigor intelectual que permitirá ao homem reconhecer as contradições do mundo real. Gramsci,

ao contrário de Freire, que vê, então, o processo de «conscientização» levado àquele sector das massas não corrompido pelo processo de ensino académico por revolucionários intelectuais [...], vê a «conscientização» nascer da interacção activa e rigorosa do homem com a cultura (ibid.: 22).

A mudança social da estrutura à agência: as realidades portuguesas

Os primeiros trabalhos de Stephen Stoer sobre *as realidades portuguesas* cunharam aqueles que, em distintas combinações, permaneceriam os seus métodos de conhecer: reunir uma extensa massa de dados com uma ampla gama de proveniências; apreender o movimento, a dinâmica, a mudança e as suas *agências* e agentes.

Um olhar poliédrico e uma aproximação cinematográfica talvez pudessem metaforicamente sinalizar aquilo que é, no seu labor investigativo, sobretudo o rigor de um método empiricamente exaustivo e analiticamente exigente. Se a mudança social e as suas *agências* e agentes são a prioridade da sua agenda científica, então apreender as tensões e conflitos, sem as trivializar nem fixar, foi o desafio persistentemente e criativamente confrontado.

Nos primeiros trabalhos, *as realidades portuguesas* encontram a densidade multidimensional e plural da história, da cultura e do significado, da estrutura, do poder e da acção, da sociedade civil, do Estado e das dinâmicas sociais. Compreender como se articulam história, economia, cultura, estrutura, acção e estratificação social, evitando dicotomias, reducionismos ou simplismos foi um esforço e um argumento insistentes:

[n]o cerne da questão está a tentativa, em vez da retórica, de orientar o planeamento apenas segundo uma racionalidade económica e administrativa. Isto quer dizer, inevitavelmente, que se negligenciaram os aspectos políticos e culturais, tanto como o interior do país, o qual, na sua luta pela igualdade em relação às regiões litorais, exige um investimento compensatório. Portugal é, na verdade, marcado por contrastes (geográficos, históricos, políticos) que desempenham um papel significativo em relação aos esforços feitos para estabelecer um discurso político geral e hegemónico na formação social (Stoer, 1980: 251-252).

No mesmo texto, sublinha ainda:

a «crise» do ensino em Portugal nada tem a ver com um retrocesso, em termos da Reforma Veiga Simão [...] tratar-se-á mais de um retorno a essa Reforma, não em termos das interpelações populares que ela era capaz de assimilar durante essa con-

juntura particular e que, certamente, já não é na conjuntura actual, mas antes em termos das características estruturais mais profundas da Reforma, que representam uma via particular para a modernização de Portugal (ibid.: 256-257, ênfase do autor).

Também as complexidades das relações entre estruturas sociais, concepções de educação e pedagogia(s) afloram desde os textos iniciais para se tornarem questões permanentes ao longo de diversos tempos, temas e controvérsias. Assim, por exemplo, no livro já referido de 1982, argumentava que a «prática pedagógica das escolas não era directamente influenciada pela continuidade/descontinuidade [ideológica] com a comunidade local» (Stoer, 1982: 10), pois «a característica comum às duas escolas¹ – a sua localização no país rural – parece influenciar mais a sua prática do que as diferenças de ideologia entre as duas comunidades» (*ibid.*: 18), dadas a origem urbana das reformas, a centralização da administração e as assimetrias rural-urbano, litoral-interior e o seu efeito de repulsão dos técnicos mais competentes, incluindo os professores. Por outro lado, defendendo que «em vez de desafiar a estrutura social existente, a “educação centrada na criança” meramente fornece a legitimação da reprodução dessa mesma estrutura social», sublinhava, seguindo Gramsci, ser «absurda a noção de que poderia haver educação sem instrução» (*ibid.*: 22).

Duas décadas depois, nessa mesma linha, continuava a propor ainda que

a consolidação da escola de massas [...] pela via da escola democrática com a sua preocupação com a emancipação [...], na medida em que é baseada na aprendizagem, não nega uma pedagogia de ensino: a «performance» não se opõe ao processo de auto-desenvolvimento do sujeito. Efectivamente, neste caso, a «performance» é definida como incorporando já a própria pedagogia, quer dizer, não há «performance» sem pedagogia (Magalhães & Stoer, 2002: 60).

Explicando que

[a] escola de massas não deve ser vista como um «estádio» de desenvolvimento no sentido da escola democrática, mas, antes, como um campo de luta política, [d]eve-se ser extremamente cuidadoso na afirmação dos potenciais da educação, mas também se deve ser muito crítico no que diz respeito à atitude ingénua em relação aos efeitos de um mercado de trabalho cada vez mais diferenciado (ibid.: 70).

¹ Localizadas em Beja e Bragança.

Stephen R. Stoer entendeu ser crucial a produção de conhecimento científico-social que permita compreender e fundar a articulação dinâmica e conflitual dos «objectivos económicos com a estrutura social e o poder político com o fim de quebrar a dominação cega da racionalidade económica e administrativa» (Stoer, 1982: 63). A proposta de um *mandato renovado para a escola democrática* desenvolve-se assumindo (e aproveitando) o processo de *crise e consolidação da escola de massas* em Portugal. Por outras palavras, a concretização do princípio de igualdade de oportunidades educativas passaria pela construção da escola como um espaço de pluralismo cultural onde a aprendizagem necessitaria da estimulação cognitiva dos alunos para a construção do conhecimento através do confronto de culturas (Stoer, 1994; Stoer & Araújo, 2000). É nesta perspectiva teórica e de agência que, com Luiza Cortesão, Stoer desenvolve conceitos cruciais como os de «dispositivo de diferenciação pedagógica», visando estes «por um lado, [...] subverter a subversão [...] da acção pedagógica na escola, e por outro, promover a descentração da escola para fazer frente ao seu imperialismo» (Stoer & Cortesão, 1999: 54).

A rigidez da determinação estrutural, sem se diluir em quaisquer voluntarismos sociais e políticos, torna-se reconhecida, de acordo com Boaventura Sousa Santos (1995), como a sedimentação de sequências de acção aparentemente bem sucedidas. Mas enquanto acção é questionável e transformável... Stoer, no início do ano 2000, falava na necessidade de desocultar as potencialidades da agência individual e grupal; ele dizia-o como o *desocultar do voo das andorinhas* e assim perspectivava a *educação inter/multicultural crítica como movimento social* (Stoer, 2001).

A Europa como um bazar do Kuwait, a educação e as políticas da diferença como gestão da mudança social

Nos últimos dez anos, a partir de 1996, Stephen Stoer, desta feita com António Magalhães, vinha desenvolvendo esta perspectiva da agência social aplicada à construção da Europa, nomeadamente no que diz respeito ao papel que se espera que a educação aí desempenhe. Assumindo que a construção social e política da Europa é uma questão que faz parte de outra mais ampla, levantada por A. Touraine, «Poderemos Viver Juntos?», surgiu como estimulante contribuir para um guião para a mudança social (pois é ainda disso que se trata) na e para a Europa.

Num debate entre o filósofo Richard Rorty e o antropólogo Clifford Geertz sobre a organização das sociedades modernas ocidentais, o segundo propôs a metáfora do «bazar do Kuwait» para dar conta da simultânea tendência para a fragmentação e a agre-

gação dessas sociedades (Stoer & Magalhães, 2001). Geertz fala concretamente sobre como numa época de globalização as comunidades locais se assemelham crescentemente a uma enorme colagem, isto é, o mundo, nas suas diferentes localidades, assemelha-se cada vez mais a «um bazar do Kuwait do que a um exclusivo clube inglês» (*ibid.*). Este último representa a incomensurabilidade das diferenças locais/culturais: a «portuguesidade» dos portugueses, a «englishness» dos ingleses, o carácter árabe dos próprios árabes, etc.

A partir das ideias de que «a diferença somos nós» (no sentido em que já não é possível contemporaneamente identificar um «centro» – o Mesmo – a partir do qual, com legitimidade epistemológica, sociológica e histórica se possam identificar as «diferenças» como tal) e da do «bazar do Kuwait» como estruturadoras de uma reconfiguração das sociabilidades actuais, o objectivo era o de construir um guião (ou guiões) que, sem subestimar a fragmentação que algum pós-modernismo sobrestima, permitisse pensar a relação entre a regulação económica e estatal e as reivindicações de cidadania emergentes – nomeadamente no campo da educação – sem cair nos braços, insustentavelmente leves, do *anything goes* (Stoer & Magalhães, 2005).

O que é central na definição política do «bazar» é a questão do poder, enfatizando que as diferenças se afirmam como num «campo de batalha», isto é, dialectizando as questões de discriminação, racismo ou exclusão com aquelas derivadas da desigualdade na distribuição da riqueza. Para Stoer, desligar os elementos da tríade «poder cultural-afirmação da diferença-igualdade económica» é cair nos engodos das estratégias modernas fundadas no princípio segundo o qual a justiça social deriva (mais ou menos directamente) da justiça económica (*ibid.*). O que pretendia enfatizar é que a luta pela justiça social, despoletada pela afirmação das diferenças fundadas no género, na etnia, nos estilos de vida, na identidade sexual, etc., dos movimentos sociais actuais, não surge separada das reivindicações de justiça económica e vice-versa. Mais: esta surge frequentemente reconfigurada por aquela (*ibid.*).

Recomeçando com Steve...

Já foram, no início deste editorial, explicitados os critérios que presidiram à selecção dos textos aqui reunidos; importa agora mencionar que estão organizados em quatro partes. A primeira reúne textos que dão conta do fôlego inovador que Stephen Stoer trouxe, através da sociologia da educação, para o estudo do campo educativo. São eles: «A Reforma de Veiga Simão no Ensino: Projecto de Desenvolvimento Social ou “Disfarce Humanista”?», editado em 1983, pela revista *Análise Social*; «A Revolução de Abril e o

Sindicalismo dos Professores em Portugal», publicado nos *Cadernos de Ciências Sociais*, em 1985 e «Sociologia da Educação e Formação de Professores», de 1988, também publicado nos *Cadernos de Ciências Sociais*. Está ainda incluído, nesta primeira parte, um conjunto de quatro textos que dimanam de um outro âmbito de publicações: o da imprensa de grande circulação. Os motivos da sua inclusão aqui prendem-se não só com a dificuldade ao seu acesso com que os actuais estudantes de sociologia da educação frequentemente se confrontam, mas também com a sua surpreendente actualidade de conteúdo e, sobretudo, com o facto de serem exemplos ilustrativos da importante faceta de Stephen Stoer como polemista e como divulgador do conhecimento sobre a educação para além do público formado pelos «especialistas». Os artigos que compõem esse conjunto são «A Genética Cultural da “Reprodução”», publicado em 1979, em *O Professor*; «O Professor como Missionário – uma Concepção Pré-Industrial?», também de 1979, publicado originalmente em *O Jornal da Educação*; «Os Diplomas Académicos também Sofrem de Inflação», inicialmente publicado no *Diário de Notícias* de 7 de Julho de 1985; e «Formar uma Elite ou Educar um Povo?», publicado em *O Jornal da Educação*, em 1986.

A segunda parte contém textos que aprofundam as potencialidades da análise sociológica dos fenómenos educativos em Portugal e que, de algum modo, se constituem como textos fundacionais da área em Portugal. Trata-se de: «Notas sobre o Desenvolvimento da Sociologia da Educação em Portugal», editado numa colectânea que ele e A. J. Esteves organizaram em 1992, *A Sociologia na Escola: Professores, Educação e Desenvolvimento*, publicada pelas Edições Afrontamento; «Construindo a Escola Democrática através do “Campo da Recontextualização Pedagógica”», publicado em 1994, no primeiro número de *Educação, Sociedade & Culturas*; e «O Estado e as Políticas Educativas: Uma Proposta de Mandato Renovado para a Escola Democrática», também de 1994, publicado na *Revista Crítica de Ciências Sociais*.

A terceira parte organiza textos que cartografam – «mapeiam» como ele, à maneira inglesa, gostava de dizer – a posição de Stoer no interior do próprio campo da sociologia da educação: «Educação e o Combate ao Pluralismo Cultural Benigno», editado por José Clóvis de Azevedo, Pablo Gentili, Andréa Krug e Cátia Simon, em *Utopia e Democracia na Educação Cidadã*, no Brasil, Porto Alegre, pela Editora da Universidade (UFRGS); «Desocultando o Voo das Andorinhas: Educação Inter/multicultural Crítica como Movimento Social» publicado num livro organizado por ele, por Luiza Cortesão e por José Alberto Correia, *Transnacionalização da Educação: Da Crise da Educação à «Educação» da Crise*, de 2001, das Edições Afrontamento e «Esgrimindo com Bernstein e Bourdieu», surgido no número 19 da *Educação, Sociedade & Culturas*.

Da quarta parte faz parte um texto que foi publicado, em inglês, em 2006, já depois do falecimento de Stephen Stoer, na revista *Higher Education Policy*, «New Forms of

Citizenship, European Construction and the Reconfiguration of the University». Neste artigo, Stoer convoca a perspectiva de «a diferença somos nós» e a de «a Europa como um bazar» para discutir o papel das universidades no contexto da globalização política e económica e da sociedade e da economia do conhecimento.

Esta publicação pretende ser um contributo para recordar e, sobretudo, reabrir os caminhos e cruzamentos de caminhos do trabalho pioneiro de Stephen R. Stoer. Ficou muito por dizer acerca da obra e quase tudo acerca do investigador, acerca do professor e acerca do inigualável amigo. O CIIE, com a instituição do Centro de Recursos Stephen R. Stoer, criou condições para que não só o seu trabalho seja amplamente divulgado como as vias de investigação que ele abriu sejam efectivamente exploradas.

A terminar *Educação e Mudança Social em Portugal*, Stephen Stoer afirma:

Esta investigação foi claramente uma tentativa de promover a mudança social, em vez de meramente a descrever [...] [t]entámos ainda contribuir para a afirmação da especificidade histórica do aparelho educativo como um todo [...] e, em segundo lugar, caracterizando um processo muito específico de mudança educativa que teve lugar em Portugal [...]. Se fomos bem sucedidos nesta tarefa, então sentimos que realizámos o nosso objectivo (1986: 263).

Assim o entendemos deste lado de cá dos trinta anos que dedicou a estudar o nosso país.

Porto, 7 de Setembro de 2007

Fátima Antunes e António M. Magalhães

O Director da Revista Educação, Sociedade & Culturas agradece a generosa autorização para publicação dos artigos constantes neste número.

Referências bibliográficas

- AFONSO, A. J. (2005). A sociologia da educação em Portugal: Elementos para a configuração do «estado da arte». In A. Teodoro & C. A. Torres (Orgs.), *Educação crítica e utopia: Perspectivas para o século XXI* (pp. 129-158). Porto: Edições Afrontamento.
- GRÁCIO, S., MIRANDA, S., & STOER, Stephen R. (1982). *Sociologia da educação I: Antologia. Funções da escola e reprodução social*. Lisboa: Livros Horizonte.
- GRÁCIO, S., & STOER, S. R. (1982). *Sociologia da Educação II: Antologia. A construção social das práticas educativas*. Lisboa: Livros Horizonte.

- MAGALHÃES, A. M., & STOER, S. R. (2002). *A escola para todos e a excelência acadêmica*. Porto: Profedições.
- NUNES, S. (Org.) (1969). *A universidade na vida portuguesa I, II*. Lisboa: Gabinete de Investigações Sociais.
- SANTOS, B. S. (1995). *Toward a new common sense: Law, science and politics in the paradigmatic transition*. Londres: Routledge.
- STOER, S. R. (1980). A democracia e o socialismo na educação em Portugal. *Análise Psicológica*, 2 (Série I), 243-257.
- STOER, S. R. (1982). *Educação, Estado e desenvolvimento em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte.
- STOER, S. R. (1986). *Educação e mudança social em Portugal – 1970-1986*. Porto: Edições Afrontamento.
- STOER, S. R. (1994). Construindo a escola democrática através do «campo da recontextualização pedagógica». *Educação, Sociedade & Culturas*, 1, 7-27.
- STOER, S. R. (2001). Desocultando o voo das andorinhas: Educação inter/multicultural crítica como movimento social. In S. R. Stoer, L. Cortesão & J. A. Correia (Orgs.), *Transnacionalização da educação: Da crise da educação à «educação» da crise* (pp. 245-275). Porto: Edições Afrontamento.
- STOER, S. R., & ARAÚJO, H. C. (1992). *Escola e aprendizagem para o trabalho num país da (semi)periferia europeia*. Porto: Edições Afrontamento.
- STOER, S. R., & ARAÚJO, H. C. (2000). *Escola e aprendizagem para o trabalho num país da (semi)periferia europeia*. Lisboa: IIE.
- STOER, S. R., & CORTESÃO, L. (1999). «Levantando a pedra»: Da pedagogia inter/multicultural às políticas educativas numa época de transnacionalização. Porto: Edições Afrontamento.
- STOER, S. R., & MAGALHÃES, A. M. (2001). A incomensurabilidade da diferença e o anti-antietnocentrismo. In D. Rodrigues (Org.), *Educação e diferença: Valores e práticas para uma educação inclusiva*. Porto: Porto Editora.
- STOER, S. R., & MAGALHÃES, A. M. (2005). *A diferença somos nós: A gestão da mudança social e as políticas educativas e sociais*. Porto: Edições Afrontamento.
- STOER, S. R., STOLEROFF, A. D., & CORREIA, J. A. (1990). O novo vocacionalismo na política educativa em Portugal e a reconstrução da lógica da acumulação. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 29, 11-53.